

10/02/2017 - Gazeta Online

Michel Temer se cala sobre a crise na segurança do Espírito Santo

Após seis dias de caos, Temer não se pronuncia sobre a situação



A convulsão no Espírito Santo estremece as paredes das autoridades e expõe o país internacionalmente, mas o Palácio do Planalto, por enquanto, prefere o silêncio. Seis dias após o início do caos na segurança pública capixaba, o presidente Michel Temer (PMDB) e o ministro interino da Justiça, José Levi, permanecem calados. E mais: não pretendem se pronunciar.

Procurados por A GAZETA nesta quinta-feira (9), ambos não deram entrevista, tampouco se manifestaram por meio de nota. Até agora, Temer nem sequer fez uma declaração pública sobre a gravidade do quadro capixaba, mesmo que seus auxiliares reconheçam o risco de o movimento se espalhar e paralisar a polícia de outros Estados já conflagrados, como o Rio de Janeiro.

Embora tenha recebido apelos de parlamentares capixabas, o presidente mantém distância dos microfones em relação à rebelião que beira o descontrole e abriu caminho para mais de 100 assassinatos. Politicamente, na verdade, Temer repete o padrão de presidentes da República pouco próximos do Espírito Santo.

Apesar de as forças federais estarem no Estado, a impressão é de um certo distanciamento do governo. Na segunda-feira, quando representantes do Espírito Santo pediam reforço de tropas nacionais no Ministério da Justiça, o titular da pasta, Alexandre de Moraes, estava no Planalto, já licenciando-se do posto porque foi indicado por Temer para vaga no Supremo Tribunal Federal. Levi é que atendeu a bancada. Na quarta-feira, enquanto o governador Paulo Hartung (PMDB) falava emocionado aos jornalistas, Moraes

tomava café com senadores articulando votos para virar ministro na Suprema Corte.

Levi não quer dar entrevistas. Segundo auxiliares, prefere manter uma "interinidade discreta". Ficar pouco tempo no posto. Há uma briga de caciques governistas pelo comando da Justiça e Segurança Pública (a pasta ganhou novo nome um dia antes de o Estado ferver sob tiros e assaltos), sendo que uma leva dessa base aliada é investigada na Operação Lava Jato. Temer escolherá o novo titular de Justiça após a sabatina de Moraes no Senado.

Defesa

Perguntado por A GAZETA, o Ministério da Justiça não detalhou a biografia de Levi. A tarefa de defender o interino coube ao líder do governo do Senado, Aloysio Nunes (PSDB-SP) – cotado para a Justiça, mas interessado em terminar seu mandato até 2018. "Levi é um jurista renomado e de larga experiência na pasta. Trabalhou inclusive no governo Dilma Rousseff (PT)". Nunes ainda disse que o governo federal é solidário, presente e atuante no Espírito Santo na crise.

Mas não é só a pasta da Justiça, responsável pelo socorro ao Estado, que está sem o comando do titular. O ministro da Defesa, Raul Jungmann (PPS-PE), está em missão em Portugal desde terça-feira. Volta hoje ao Brasil. O general de brigada Adilson Katibe é que comanda a Força-Tarefa Conjunta em ação no Espírito Santo.

Aliás, mesmo que tenha ido a Vitória e liberado os homens das Forças Armadas para atuar em território capixaba, Jungmann se mostrou ainda mais ágil para atender sua terra, Pernambuco. Em dezembro passado, mesmo sem greve concreta da Polícia Militar, nada menos que 3,5 mil militares das Forças Armadas circulavam pela região metropolitana do Recife. Havia ameaça de greve, e o efetivo foi solicitado pelo governador Paulo Câmara (PSB) por "precaução".

Temer, da última vez em que falou sobre segurança, em janeiro, se embananou. Só se manifestou cinco dias após o início da crise do sistema penitenciário em Manaus, chamando a chacina de "acidente pavoroso", como se acidente tivesse sido. A Força Nacional de Segurança tem tido trabalho: começou 2017 socorrendo Estados com crise prisional, como Amazonas e Roraima.

10/02/2017 - Congresso em Foco

Número de homicídios no ES passa de 120 em uma semana de protesto

Com paralisação da Polícia Militar local, patrulhamento está sendo feito pelas Forças Armadas. Acordo entre grevistas e governo segue travado, mesmo após dez horas de negociação e aumento nos números de criminalidade

A grave crise de segurança pública no Espírito Santo completa uma semana nesta quinta-feira (10) e segue sem previsão de término. Segundo o Sindicato dos Policiais Civis do Espírito Santo, foram registrados 121 homicídios no estado desde sábado (4) até a manhã de hoje, a maior parte na região metropolitana de Vitória.

O governo não conseguiu firmar um acordo com a Polícia Militar e o patrulhamento na região segue sendo feito apenas pelas Forças Armadas. Segundo o secretário de segurança do estado, André Garcia, 703 PMs foram indiciados pelo crime militar de revolta, que prevê de 8 a 20 anos de prisão.

Nas manifestações os militares reivindicam reajuste salarial e o pagamento de auxílio-alimentação, periculosidade, insalubridade e adicional noturno para os policiais militares. As manifestações se estenderam para outros batalhões durante o fim de semana e, de acordo com a ACS, já atingem todos os batalhões do estado.

Com medo, a população se recolhe em suas casas e sai delas apenas para necessidades básicas, como comprar alimento e ir a hospitais. Em uma das principais avenidas



de Vitória, chamada Dante Michelini, a cena é chocante. Mesmo à beira-mar e considerada local nobre da capital capixaba, a avenida está às moscas.

Outra consequência da falta de patrulhamento dos policiais nas ruas é a suspensão da vacinação da febre amarela nas unidades de saúde na Grande Vitória. O estado é um dos que têm registrado casos da doença. Com 114 notificações de

suspeitas da doença, o Espírito Santo tem 20 casos confirmados de febre amarela e continua investigando 89. Seis pessoas morreram pela doença nos municípios de Ibatiba, Irupi, Itarana e Pancas.

Os ônibus não voltaram a circular hoje na Grande Vitória. Eles chegaram a circular na manhã de ontem, mas pararam após a morte do presidente do Sindicato dos Rodoviários de Guarapari, Wallace Barão. Ele foi encontrado morto a tiros dentro de um carro na manhã dessa quinta-feira, em Vila Velha.

Escolas, unidades de saúde, agências bancárias, repartições públicas e a maior parte das lojas estão fechadas desde segunda-feira na grande Vitória.

Com informações da Agência Brasil

10/02/2017 - Gazeta Online

Secretário e coronel anunciam punição para 703 militares aquartelados

São cabos, soldados e sargentos acusados de crime de revolta, que pode dar até 20 anos de prisão e resultar na expulsão do profissional da corporação

O governo do Estado e comando da Polícia Militar vão punir 703 PMs que descumpriram ordem superior e não estão indo para as ruas fazer o policiamento. Segundo o comandante, coronel Nylton Rodrigues, todos são praças (cabos, soldados e sargentos) indiciados pelo crime de revolta. Desses, 327 foram indiciados nesta quinta (09) e, outros



376, nesta sexta (10). Eles vão ter as férias e os pontos cortados e podem pegar até 20 anos de prisão.

A notícia de que pelo menos 300 policiais militares já seriam alvo de inquérito foi dada com exclusividade pela repórter Vilmara Fernandes, na tarde desta quinta, no Gazeta Online.

"Quando ocorre uma ação de desobediência, o policial militar passa a cometer uma transgressão grave e um crime militar por desobediência. Quando essa desobediência evolui para motim (reclusão no quartel estando desarmado), quer dizer que, além da desobediência, esse policial também responderá por motim, crime previsto por pena de 4 a 8 anos de prisão. Esse crime de motim também evolui para revolta, quando um grupo se isola num quartel, armado. Esse crime de revolta tem previsto de 8 a 20 anos de prisão", explicou o comandante.

O comandante da PM complementou, ainda, que "eles responderão ao inquérito interdisciplinar militar, que será repassado ao Ministério Público, que poderá oferecer

denúncia na Justiça. Eles vão ter ponto cortado, não vão receber as férias e podem ser presos", destacou o coronel Nylton. Se condenados a mais de 2 anos de prisão, esses policiais militares podem ser expulsos da corporação.

As punições fazem parte das ações da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) para "restabelecer a disciplina e hierarquia na Polícia Militar", pontuou o se-

cretário André Garcia.

"Temos agora é que reconstruir a Polícia Militar, que teve anos de serviço à população capixaba jogados na lama. Vai ser pedra sobre pedra, mas vamos conseguir. Precisamos de uma polícia militar que não vire as costas para a população. Que não torne a sociedade refém da criminalidade tendo como objetivo interesses corporativos", disse.

Punição para mulheres

De acordo com o secretário da Sesp, André Garcia, a secretaria já está identificando mulheres de PMs que estão bloqueando os batalhões para que elas respondam criminalmente.

"Estamos identificando as mulheres desses militares e vamos repassar para o MPF (Ministério Público Federal), que nos requereu os responsáveis por esse movimento. Elas vão pagar a conta para a União, pela mobilização das forças militares: Exército, Marinha e Aeronáutica. As mulheres desses militares vão responder. Quem for identificada vai ser intimada para prestar depoimento", afirmou o secretário.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666

08/02/2017 - Sinttel-ES

Patrões não devem exigir presença dos funcionários, recomenda MPT

O pedido vale para empresas privadas e também para órgãos públicos

O Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo publicou nota, nesta quarta-feira (8), recomendando aos patrões que não exijam a presença dos funcionários em seus postos de trabalho. Segundo o órgão, a recomendação é baseada na falta de segurança e de transporte público no Estado.

O pedido vale para empresas privadas e também para órgãos públicos. Segundo a nota, empregadores só devem exigir presença dos funcionários se puder resguardar a integridade física durante o expediente e também transporte seguro até suas casas.

LEIA NOTA NA ÍNTEGRA

O Ministério Público do Trabalho, com fundamento nos artigos 127 e 129 da Constituição Brasileira e no artigo 6.º, XX, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, considerando a notória crise de segurança pública por que passa o Estado do Espírito Santo e a falta de transporte público eficiente nos últimos dias, em nome dos direitos à vida, à dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, recomenda, por meio da presente nota, que os empregadores, públicos ou privados, se abstenham de exigir a presença de seus empregados nos estabelecimentos e demais postos de trabalho sem a garantia de que lhes seja resguardada a integridade física e o transporte seguro até suas casas.

Clique na frase vermelha abaixo para não ver mais essa mensagem.

**NÃO
COLOQUE
a vida dos
TRABALHADORES
EM RISCO**

SINTTEL·ES

Mais de 120 homicídios são registrados em 7 dias de paralisação da PM

Os números são do Sindicato da Polícia Civil

Número de assassinatos passou de 120 no Espírito Santo. A violência não para no Espírito Santo e o número de mortes cresce. Já são mais de 121 homicídios registrados no Estado desde o último sábado (04).

Os dados são do Sindicato da Polícia Civil. Nesta sexta-feira (10), os ônibus não circulam na Grande Vitória e parte do comércio continua fechado.

03/02/2017 - 17h22 - Sinttel-ES - Tania Trento

A morte de Odlanier poderia ter sido evitada

O acidente que causou a morte do jovem técnico instalador e reparador de rede externa da Telemont/Oi, Odlanier Soares Perusse, 19 anos, às 17h40, no dia 02/02, deixou muita tristeza, mas também muitas perguntas sem respostas e a mais importante delas é como a Telemont/Oi coloca um técnico com pouca experiência – tinha 6 meses de trabalho – e sozinho para desempenhar um reparo numa área rural que demanda grande dificuldade?

Mas há outras dúvidas a esclarecer:

por que o fiscal de rede da Oi estava acompanhando o trabalho de manutenção?

Por que o encarregado da Telemont, que havia participado do trabalho na quarta-feira, não foi ajudá-lo na quinta-feira?

Por que o técnico continuava o trabalho, fora do horário, mesmo sabendo que receberia advertência da chefia por não bater o ponto?

Por que o trabalhador não se recusou a subir nos postes para lançar o FE, se num deles, num poste da telefonia, passava um cabo da rede elétrica de alta tensão?

Por que Odlanier estava em cima no poste se estava chovendo?

Segundo explicações do fiscal de rede da Oi, Sirley Crezenili Dias, ele acompanhava a execução do trabalho porque no mês de janeiro, a Oi recebeu sete reclamações e pedidos de reparo no telefone do Sítio Itaúnas, em Jucú, área rural de Viana, onde reside um casal de idosos. “Eu recebi um e-mail do Paulo Vicente, que pediu ao Fabiano e me copiou”, solicitando acompanhamento na manutenção da rede e reparo do telefone”, disse Sirley.

O pai de Odlanier disse aos diretores do Sinttel-ES, no dia seguinte a sua morte, que o filho havia chegado em casa no dia anterior ao acidente que o vitimou, após as 19 horas. “Ele estava preocupado, pois sabia que seria advertido por não ter batido o ponto às 17h, como determina a Telemont”. Por que então, pelo segundo dia, ele ainda estava no poste trabalhando às 17h40, quando foi atingido?

O gerente do serviço de saúde e medicina do trabalho (Sesmt) da Telemont, Lauro Maymone, que esteve no Sítio Itaúnas nesta sexta-feira, disse que os técnicos são orientados a não executar serviços se as condições apresentarem riscos e insegurança. Por que Odlanier desobedeceu a essas premissas?

Várias condicionantes podem ter levado o jovem técnico a não questionar tais requisitos. Primeiro, a condição de novato na empresa. Odlanier tinha apenas 6 meses de trabalho. Segundo, que acabara de ter uma filha, que tem apenas três meses, ou seja, estava começando uma família. Terceiro, que havia um fiscal de rede fiscalizando o seu trabalho. Qual trabalhador, pensando nas consequências, iria se recusar a subir em postes de cimento que

estão esfarelado, com a ferragem aparente e que, num deles sustenta um cabo de alta tensão da rede elétrica e, ainda, trabalhar sozinho, com chuva, lançando um fio com mais de 600 m até a casa do cliente?

O medo da demissão certamente pesou nas decisões que levaram o técnico a não usar o DIREITO DE RECUSA para não colocar sua vida em risco.

Por outro lado, porque a Telemont convocou um técnico sem experiência, sozinho, para fazer a manutenção daquela rede, no meio do mato, em que ele teve que lançar o fio sobre o Rio Jucu? Certamente porque um técnico mais experiente não toparia trabalhar naquelas condições.

Mas porque o fiscal de rede da Oi, Sirley Crezenili Dias, que tem 43 anos de experiência não impediu o técnico de trabalhar na chuva, sozinho, o que contraria as regras de segurança?

Um boletim de Ocorrência foi feito pelo engenheiro de segurança no trabalho da Telemont, Norberto Cunha Louvem, já que o acidente de trabalho foi fatal e será apurado com inquérito e investigação pela Delegacia Especializada em Acidente de Trabalho, que fica no bairro Horto, em Vitória. Haverá culpados?

Ao final das contas, perdemos um trabalhador, jovem, cheio de vida. E agora como fica a filhinha, a esposa, os pais e os amigos?

Que a morte de Odlanier não seja em vão, principalmente para os colegas de trabalho e de todos os técnicos de rede externa. A Telemont e todas as demais empresas não pensam duas vezes em dar advertência, balão. Pune sem dó e piedade. Elas só pensam no lucro. Portanto, não quebrem galho de conhecidos da chefia, executando serviços fora do horário de trabalho, não deixem de usar os equipamentos de segurança, usem o DIREITO DE RECUSA para não colocar a vida em risco, façam todos os procedimentos de segurança, mesmo que isso gaste tempo.

Não faça como o colega que faleceu em cima do poste e ainda será acusado de ser o único culpado de sua própria morte, pois não estará aqui para se defender.



SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA FICARÃO COM SISTEMAS ANALÓGICOS ATÉ O ANO DE 2042

A Anatel tomou uma decisão, hoje, 9, que aparentemente pode ir na contramão da modernização do setor de telecomunicações, mas que está adequada à realidade brasileira. A agência decidiu voltar atrás em uma determinação de digitalizar a faixa do espectro 148 a 174 MHz, ocupada, em sua maioria por serviços de utilidade pública e de utilities. A partir dessa decisão, os serviços de utilidade pública, como o SAMU, poderão manter os seus sistemas analógicos até 2042.

A Anatel tomou hoje, 9, uma decisão que aparentemente pode ir na contramão da modernização do setor de telecomunicações, mas que está adequada à realidade brasileira. A agência decidiu voltar atrás em uma determinação de digitalizar a faixa do espectro que vai de 148 a 174 MHz, ocupada, em sua maioria, por serviços de utilidade pública e de utilities.

Depois que a agência lançou a consulta pública, inúmeras admi-

nistrações estaduais, SAMU, concessionárias de energia elétrica, de gás, de águas e esgoto e até a Petrobras procuraram a Anatel alegando que não poderiam migrar os seus sistemas analógicos para os digitais no prazo que o regulador queria (em cinco anos). E não poderiam mudar por problemas de custos e porque a tecnologia analógica atendia bem.

Sensibilizado com esses argumentos, o relator da matéria, conselheiro Otavio Rodrigues, decidiu, então,

propor a prorrogação do prazo para a manutenção desses sistemas analógico, aprovada por consenso pelo conselho diretor.

Assim, as licenças nessas faixas poderão ser renovadas por cinco anos, mais cinco anos. Como muitas delas ainda têm 10 anos para a sua renovação, o prazo chega até o ano de 2042. Além disso, os SAMUs (emergência médica) receberão canais exclusivos, e as empresas de utilities terão preferência na ocupação do espectro.

10/02/2017 - Telesíntese

OI TEM NOVO ACIONISTA COM POSIÇÃO RELEVANTE

Fundo gerido pelo banco Safra compra 11,42% das ações preferenciais

O fundo de investimentos Virgo, administrado pelo banco Safra, comprou 11,42% das ações preferenciais



(OIBR4) da Oi. Segundo a instituição, a aquisição dos papéis tem finalidade única e exclusiva de servir de investimentos. Não haveria interesse em alterar o controle da Oi ou sua estrutura administrativa.

A estrutura do capital social da Oi, atualmente, tem a Bratel (Pharol) com

27,49% das ações ordinárias (com direito a voto); Société Mondiale, com 7% das ON; BNDES com 5,73%; Pointstate com 5,16%; e 32% nas mãos de minoritários.

Já as ações PN estão praticamente todas nas mãos de minoritários, exceto por 3,45% detidas pelo Société Mondiale, 9,19% pelo fundo Marathon Management, e agora os 11,42% de Safra.

08/02/2017 - Telesíntese

CLARO E OI VENCEM LICITAÇÃO DE R\$ 500 MI DO BANCO DO BRASIL

Empresas prestarão serviço de telefonia fixa para o banco em todo o país, menos em São Paulo

Consórcio formado por Oi e Claro foi o escolhido pelo Banco do Brasil para fornecer serviço de voz fixa local e de longa distância, nacional e internacional, em 8.222 acessos e 4.298 troncos digitais. O contrato da licitação tem validade de 60 meses, e prevê o pagamento total de R\$ 503,9 milhões às operadoras.

A informação foi

revelada nesta quarta-feira, 08, pela Oi em comunicado ao mercado. A concessionária, junto com a Telemar Norte Leste, do mesmo grupo, tem participação de 83,45% no consórcio, enquanto a Claro tem os demais 15,55%. O serviço será prestado em unidades do banco em todo o Brasil, exceto no estado de São Paulo.



10/02/2017 - Portal Vermelho

Após golpe, STF decide investigar trama de Jucá e cúpula do PMDB

Nove meses depois da divulgação do áudio que escancarou a trama do golpe que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o ministro Luiz Edson Fachin, novo relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF) após a morte do Teori Zavascki, determinou nesta quinta-feira (9) a abertura de inquérito para investigar o ex-senador José Sarney, os senadores Renan Calheiros e Romero Jucá, e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

O ministro atendeu a um pedido do procurador-geral da República Rodrigo Janot, no último dia 6, que acusa os quatro de tentar obstruir a Lava Jato.

“Se é político, como é a política? Tem que resolver essa porra. Tem que mudar o governo para estancar essa sangria”, disse Jucá na gravação, enfatizando que era necessário construir um pacto nacional “com o Supremo, com tudo”, já que nas investigações começaram a aparecer nomes da cúpula do PMDB e PSDB. Machado concorda: “Aí parava tudo”.

A decisão evidencia, no mínimo, a contradição das decisões do Judiciário em meio à crise e a polarização política. No processo de impeachment, a defesa da presidenta Dilma Rousseff apresentou, em junho de 2016, recurso ao

STF contra decisão da Comissão Especial do Impeachment do Senado que indeferiu o pedido de juntada ao processo dos autos e das gravações reveladas pela delação premiada do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

Na época, Lewandowski citou a posição do ministro Teori Zavascki, relator dos processos relacionados à Lava Jato, que afirmava que os elementos colhidos no âmbito de colaboração premiada estão protegidos pelo sigilo até a instauração formal do inquérito.

Após o julgamento do impeachment, a defesa da presidenta Dilma ingressou com mandado de segurança pedindo a anulação do processo. Em 20 de outubro de 2016, Teori negou o pedido de Dilma. A presidenta pedia a suspensão dos efeitos da votação no Senado, realizada no dia 31 de agosto.

Segundo Teori, não cabia à Corte, naquele momento, interferir numa decisão política do Legislativo, a menos que o resultado representasse uma indiscutível ameaça às instituições brasileiras, o que, na avaliação do ministro, não ocorreu.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/293168-1>

10/02/2017 - RBA

Espírito Santo pode rumar para uma tragédia, alerta associação da PM

Reunião entre governo do estado e policiais militares e seus familiares terminou sem acordo e violência deve continuar nas cidades capixabas

Após quase 11 horas de negociação, terminou sem acordo, na madrugada de hoje (10), a reunião entre representantes do governo do Espírito Santo e dos policiais militares e seus familiares.

Em entrevista à Rádio Brasil Atual, o vice-presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado do Espírito Santo, cabo Noé da Matta Ribeiro, afirmou que a atual situação no estado pode rumar para uma tragédia. “Nenhum dos lados quer ceder. Vai ser difícil resolver isso, acredito que até o final (da paralisação) vai culminar em um ato extremo de violência que vai manchar a história do estado.”

Os policiais pedem um reajuste salarial de 43% e anistia total daqueles que aderiram a greve. O governo capixaba não aceitou a oferta dos policiais. O secretário de Direitos

Humanos, Júlio Pompeu, disse que foi oferecida uma contraproposta e se não for aprovada, ainda nesta sexta-feira, os policiais e familiares podem sofrer “consequências” pela greve.

Noé critica a postura do governo o Espírito Santo nas negociações. “O governo não ofereceu nada aos manifestantes para resolver a crise. O governo criou esse caos, sem dar 7 anos de aumento real, agora, ele joga a culpa na PM. No segundo dia de manifestação já deveria ter sido resolvido isso”, afirma.

A Polícia Militar do Espírito Santo entrou em greve no último sábado (4). Grupos formados por familiares dos militares impedem a saída de veículos dos batalhões da corporação. Eles reivindicam um reajuste salarial e o aumento do efetivo policial.